



3ª CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0309223-5 (NPU 007162-80.2010.8.17.1090)

Apelante: FELIPE BENTO DA SILVA

Apelado: OTACISIO CAETANO DA SILVA

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

ACÓRDÃO

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO RETIDO. INSURGÊNCIA ACERCA DE DECISÃO TORNADA SEM EFEITO PELA MAGISTRADA A QUO. REJEIÇÃO. PROCEDIMENTO SUMÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MANOBRA DE RETORNO. COLISÃO. MOTOCICLETA. CULPA DO RÉU NA MODALIDADE IMPRUDÊNCIA. DANO MATERIAL E DANO MORAL COMPROVADOS. LUCROS CESSANTES INCABÍVEIS. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

I – AGRAVO RETIDO: com a conversão do rito e designação de nova audiência de conciliação, instrução e julgamento, não há mais que se falar em revelia ou nulidade da citação, posto que no procedimento sumário, apenas se deixar o réu injustificadamente de comparecer à audiência é que reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (art. 319), o que não se verificou no caso em epígrafe, haja vista que na audiência posteriormente designada, com fulcro no art. 277 do CPC (fls. 90), o réu compareceu e apresentou contestação por escrito, não havendo mais que se falar, então, em revelia. Não tendo o demandado se insurgido contra a posterior decisão de conversão do rito, o objeto do agravo retido em questão se esvaiu, haja vista se reportar a decisão que foi tornada sem efeito pela magistrada *a quo*. Agravo retido rejeitado, à unanimidade de votos;

II – Réu/apelado que, antes de tentar realizar a manobra de retorno, deveria ter se certificado, com precisão, de que nenhum veículo estaria vindo em sua direção, para que só assim pudesse adentrar/cruzar a via, notadamente porque estava com a “visão encoberta” pelo microônibus que encontrava-se ao seu lado também tentando realizar a manobra de retorno. Responsabilidade do réu no evento danoso, diante da postura imprudente adotada pelo mesmo ao realizar a manobra de trânsito em epígrafe;

III - Comprovado o ato (acidente automobilístico), o elemento subjetivo (imprudência) e o nexo de causalidade entre a conduta e os danos experimentados, cabível a condenação do réu, nos termos do art. 186 c/c 927 do Código Civil;

IV – Devida a condenação do réu apelante no montante de R\$ 5.049,11 (cinco mil e quarenta e nove reais e onze centavos), à título de danos materiais e R\$ 3.000,00 (três mil reais) pelos danos morais experimentados pelo apelado em razão do acidente automobilístico. Não cabimento de Lucros cessantes, por ter o autor/apelante recebido auxílio doença do INSS;

V – Apelação parcialmente provida, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Cível nº 0309223-5**, em que figuram como apelante **Felipe Bento da Silva** e apelado **Otacisio Caetano da Silva**, acordam os desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em **REJEITAR o agravo retido e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso de apelação**, na conformidade do relatório e voto anexo, que passam a integrar esse julgado.

Recife, 3-10-2013

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0309223-5 (NPU 007162-80.2010.8.17.1090)

Comarca: 3ª Vara Cível da Comarca de Paulista

Apelante: FELIPE BENTO DA SILVA

Apelado: OTACISIO CAETANO DA SILVA

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por Felipe Bento da Silva em face de sentença proferida pelo juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Paulista que julgou improcedentes os pedidos formulados na peça inaugural do presente processo, bem como o pedido contraposto formulado no bojo da contestação ofertada pelo demandado.

Na petição inicial (fls. 02/05), o autor/apelante, em sede de "ação de reparação por perdas, e danos materiais e morais e lucros cessantes", aduz ter sofrido um acidente de trânsito, nas proximidades do bairro do Ibura, no momento em que seguia, conduzindo uma motocicleta, na direção do fluxo da BR-101, e o réu/apelado perfazia retorno em local proibido. Alega, ainda, que sofreu lesões graves em decorrência da colisão, ficou impossibilitado de exercer suas funções laborais e sua motocicleta sofreu diversas avarias, impossibilitando inclusive o seu uso. Requer condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais e materiais.

Instruiu a inicial com os documentos de fls. 10/61.

Decorrido o prazo para ofertar contestação (fl. 73), decretou-se a revelia do demandado, com designação de audiência de instrução e julgamento, face a necessidade de produção de provas (decisão de fl. 76).

Na audiência do dia 06/03/2012 (termo às fls. 80/81), constatando a diferença entre as assinaturas do réu postas no mandado citatório (fl. 73) e na decisão de fl. 76 dos presentes autos, revogou a magistrada *a quo* a revelia anteriormente decretada e designou nova audiência de conciliação para o dia 17/07/2012.

Irresignado com a referida decisão manejou o demandado **agravo retido**, sustentando que se o réu não tivesse sido devidamente citado, não poderia estar presente na audiência. Pugnou pela realização de perícia dos documentos em discussão e pela intimação do Oficial de Justiça para que prestasse os devidos esclarecimentos.

Todavia, constatando a magistrada singular que o procedimento sumário seria o adequado para as causas de reparação de danos resultante de acidente de trânsito, e por tratar-se de questão de ordem pública, chamou o feito a ordem para determinar a conversão

PR



do rito, mantendo, por conseguinte, a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento.

Na audiência do dia 17/07/2012 (termo às fls. 92/93) o réu, ora apelado, apresentou sua contestação, nos termos em que prescreve o art. 277 do CPC.

Na contestação (fls. 94/97), o réu aduziu, em síntese, que a colisão decorreu da imprudência do autor. Elaborou pedido contraposto, por meio do qual requereu indenização pelos danos morais sofridos em virtude do acidente.

Em sentença lançada aos autos às fls. 106/107, o juízo do primeiro grau julgou improcedentes os pedidos formulados pelo autor e pelo réu, sob o fundamento de que ambas as partes não comprovaram as responsabilidades atribuídas uma à outra e afirmou que tampouco restou claro, da análise dos autos, quem deu causa ao acidente.

Em sede de apelação, sustenta o autor apelante que juntou todos os documentos hábeis à responsabilização do réu pelo acidente ocorrido, que imprudentemente atravessou a via, em retorno improvisado e sem visão da pista. Reitera as razões do agravo retido pugnando, nesta senda, pela decretação da revelia do apelado, em razão de não ter apresentado sua defesa no prazo legal.

É o relatório, no essencial.

Peço pauta, por independer de revisão, nos termos do art. 551, §3º do CPC.

Recife, de de 2013.

Desembargador Bartolomeu Bueno
RELATOR



3ª CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0309223-5 (NPU 007162-80.2010.8.17.1090)

Apelante: FELIPE BENTO DA SILVA

Apelado: OTACISIO CAETANO DA SILVA

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

VOTO PRELIMINAR – DO AGRAVO RETIDO

Cuida-se de Agravo retido manejado pelo apelante FELIPE BENTO DA SILVA em face da decisão interlocutória proferida pela magistrada *a quo* que, verificando que a assinatura do réu, trazida às fls. 73 no mandado de citação, era visivelmente diferente da lançada pelo mesmo às fls. 76 ao tomar ciência de outro despacho proferido no bojo dos autos, **revogou a revelia decretada anteriormente** e designou audiência de tentativa de conciliação.

O agravante, em suas razões orais suscitadas quando da audiência de instrução e julgamento, pugnou pela realização de perícia na assinatura contida às fls. 73, bem como pela intimação do Sr. Oficial de Justiça para que este pudesse *“informar e identificar a que pessoa entregou e certificou a respeito da respectiva intimação”*. Sustenta, então, a manutenção dos efeitos da revelia.

Ocorre que, após proferir a decisão vergastada, a magistrada *a quo*, considerando que o procedimento sumário seria o adequado para as causas de reparação de danos resultante de acidente de trânsito, e por tratar-se de matéria de ordem pública, chamou o feito a ordem para determinar a conversão do rito, mantendo, por conseguinte, a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento, nos moldes do art. 277 do CPC (*O juiz designará a audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, citando-se o réu com a antecedência mínima de dez dias e sob advertência prevista no § 2º deste artigo, determinando o comparecimento das partes. Sendo ré a Fazenda Pública, os prazos contar-se-ão em dobro*)

Asseverou ainda a magistrada no bojo da decisão: *“por fim, considerando que a contestação deverá ser apresentada na audiência, descabe a apreciação da ocorrência de revelia”* (fls. 90).

De fato, com a conversão do rito e designação de nova audiência de conciliação, instrução e julgamento, não há mais que se falar em revelia ou nulidade da citação, posto que no procedimento sumário, apenas se deixar o réu injustificadamente de comparecer à



audiência é que reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (art. 319), o que não se verificou no caso em epígrafe, haja vista que na audiência posteriormente designada, com fulcro no art. 277 do CPC (fls. 90), o réu compareceu e apresentou contestação por escrito, não havendo mais que se falar, então, em revelia.

Nesta senda, não tendo o demandado se insurgido contra a posterior decisão de conversão do rito, o objeto do agravo retido em questão se esvaiu, haja vista se reportar a decisão que foi tornada sem efeito pela magistrada *a quo*.

Por todo o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo retido.

É como voto. Recife, 03-10-2013


Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0309223-5 (NPU 007162-80.2010.8.17.1090)

Comarca: 3ª Vara Cível da Comarca de Paulista

Apelante: FELIPE BENTO DA SILVA

Apelado: OTACISIO CAETANO DA SILVA

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

VOTO DO MÉRITO

Ao que se infere dos autos, no dia 11 de maio de 2010, por volta das 09h30min, o autor/apelante trafegava na BR 101 com sua motocicleta quando teve sua trajetória interceptada pelo automóvel do réu/apelado, que estava realizando manobra de retorno para adentrar/cruzar a referida via.

Apreciando a demanda, o juízo do primeiro grau julgou improcedentes os pedidos formulados pelo autor e pelo réu, sob o fundamento de que ambas as partes não comprovaram as responsabilidades atribuídas uma à outra, além de não ter restado claro, da análise dos autos, quem deu causa ao acidente (fls. 106/107).

Para esclarecer melhor a situação, vejamos a narrativa da ocorrência, descrita pela Polícia Rodoviária Federal em boletim de acidente de trânsito colacionado aos autos pelo autor/apelante (fl. 38):

"Conforme declaração do condutor do V-2, GM Celta, de placa KKO-2064-PE, e vestígios no local, o mesmo seguia no sentido Prazeres – UR5, parando no retorno, tendo ao seu lado direito um microônibus, de placa não anotada. Quando o microônibus iniciou a operação de retorno, tentando cruzar a rodovia, foi seguido pelo V-2 a sua esquerda. Em seguida, o condutor do microônibus, ao perceber a aproximação do V-1, moto Suzuki de placa KJQ-2996, parou o veículo sobre a faixa de rolamento. O condutor do V-2 que tinha a visão encoberta pelo microônibus tentou seguir em frente, provocando a colisão com o V-1, que seguia na faixa da esquerda."

Pois bem. Ainda que não haja nos presentes autos perícia com laudo conclusivo acerca de quem deu causa ao acidente, a análise do "croqui" elaborado pela Polícia Rodoviária Federal (fl. 37), bem como da narrativa do acidente constante no boletim de ocorrência (fl. 38) e ainda as declarações das partes em audiência permitem sim concluir que, no caso em apreço,

B. B.



agiu o réu de forma imprudente, deixando de adotar os cuidados necessários a uma operação de trânsito.

Isto porque, antes de tentar realizar a manobra de retorno, o réu deveria ter se certificado, com precisão, de que nenhum veículo estaria vindo em sua direção, para que só assim pudesse adentrar/cruzar a via, notadamente porque estava com a “visão encoberta” pelo microônibus que encontrava-se ao seu lado também tentando realizar a manobra de retorno. Foi o réu, a toda evidência, imprudente ao tentar realizar o retorno sem que tivesse a plena visão da via.

Neste diapasão, cabível concluir pela **responsabilidade do réu no evento danoso**, diante da postura imprudente adotada pelo mesmo ao realizar a manobra de trânsito em epígrafe.

Vale transcrever os comandos do Código de Trânsito Brasileiro sobre as manobras de retorno:

“Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.

(...)

Art. 39. Nas vias urbanas, a operação de retorno deverá ser feita nos locais para isto determinados, quer por meio de sinalização, quer pela existência de locais apropriados, ou, ainda, em outros locais que ofereçam condições de segurança e fluidez, observadas as características da via, do veículo, das condições meteorológicas e da movimentação de pedestres e ciclistas”

Com efeito, no momento em que um condutor pretende realizar uma manobra, deve prestar a atenção necessária, redobrando seus cuidados, situação esta que não restou demonstrada no caso em comento. O réu condutor do automóvel não teve a cautela indispensável ao realizar o retorno, certificando-se de que não havia nenhum veículo vindo em sua direção no momento da manobra, e tal desatenção culminou na colisão com o autor/apelante.

Cabe ainda aqui transcrever as lições de Fabrício Z. Matielo¹ acerca de situações semelhantes ao presente caso:

“De modo geral, ao motorista que ocupa a pista preferencial e correta de direção não é exigida a diminuição da marcha nas proximidades de cruzamentos e esquinas,

¹ Responsabilidade civil em acidentes de trânsito, 2ª ed., p. 169.



contanto que esteja em velocidade compatível com o local. Cabe, isto sim, à parte contrária proceder da forma indicada na lei, ou seja, tomando todos os cuidados necessários à consecução perfeita da conversão ou do retorno desejado. Àquele que se aproxima do eixo de cruzamento com via dotada de preferencialidade é atribuída a responsabilidade pela preservação da integridade dos demais usuários que trafegam pelo leito legalmente privilegiado. Caso haja acidente com danos, o dever de indenizar competirá exclusivamente ao infrator das normas de trânsito, que, salvo prova em contrário, será o condutor que deixou de respeitar o direito alheio de passagem e as regras de conversão e de retorno. Na hipótese de alegar culpa concorrente ou mesmo exclusiva da parte adversa, caberá ao interessado fazer prova inequívoca de tal circunstância, eis que ao apontar para a existência de comportamento culposos do outro motorista estará alegando contra a normalidade e contra a verossimilhança comumente presentes em casos dessa estirpe, pois o ordinário é que a obrigação de reparar recaia sobre quem convergiu ou retornou em desacordo com os ditames legais."

Por outro lado, não merece amparo a alegação da parte ré de que o autor seguia em velocidade incompatível com o permitido na via exige haja vista que, nos termos do art. 333, inciso II, do CPC, não logrou êxito em comprovar tal assertiva. No caso, as regras do trânsito fazem presumir a culpa de quem realiza a manobra excepcional (o retorno), cabendo a este o ônus de provar que o outro condutor trafegava em velocidade excessiva.

Assim, tem-se que a causa determinante para o evento danoso foi a conduta do réu, que realizou manobra de retorno sem a devida prudência, desrespeitando as regras de preferência do trânsito.

Vejamos alguns precedentes dos Tribunais pátrios quando da apreciação de casos semelhantes:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. MANOBRA DE RETORNO. COLISÃO. MOTOCICLETA. [...] Demonstrada a culpa do condutor que realizou manobra de retorno em via pública, sem adotar as cautelas necessárias, obstruindo a passagem da motocicleta que lhe seguia, dando causa à colisão. Culpa exclusiva ou concorrente da vítima não evidenciada, ônus que cabia ao réu, nos termos do art. 333, II do CPC. [...] É devida indenização pelo dano material decorrente das despesas com o conserto da motocicleta, cujo quantum corresponde ao valor do menor orçamento acostado aos autos, tal como determinou a sentença. [...] (TJ-RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Data de Julgamento: 15/08/2012, Décima Primeira Câmara Cível)

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. NECESSÁRIO A PROVA DO ATO, DO DANO, NEXO CAUSAL E A CULPA PELO ACIDENTE. DEMONSTRADOS TODOS OS REQUISITOS. DANO MATERIAL. ATENDIDO O PEDIDO DE REPARAÇÃO QUANTO AOS DANOS DEVIDAMENTE DEMONSTRADOS. DANO MORAL. CONFIGURADO. VIOLAÇÃO A INTEGRIDADE FÍSICA. VALOR. MANTIDA A SENTENÇA POIS EM CONSONÂNCIA AO NUMERÁRIO FIXADO POR ESTA CÂMARA. SEGURO OBRIGATÓRIO. POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO FIXADA JUDICIALMENTE. UNÂNIME. APELO PROVIDO



PARCIALMENTE E RECURSO ADESIVO DESPROVIDO. (TJ-RS , Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Data de Julgamento: 15/02/2012, Décima Primeira Câmara Cível)

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONVERSÃO À ESQUERDA. CULPA DEMONSTRADA. DANO MORAL. MAJORAÇÃO DO VALOR. POSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DE DANO MORAL. DANO MATERIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE NOVA CIRURGIA. HONORÁRIOS PROPORCIONAIS.

1. Age com imprudência o motorista que efetua a conversão à esquerda sem aguardar o momento oportuno para transpor a pista.

2. A dor e sofrimento decorrentes do acidente ensejam a reparação por dano moral correspondente.

3. O valor do dano moral, arbitrado em desatenção às circunstâncias que envolvem as partes litigantes, comporta majoração.

4. A seguradora obriga-se ao pagamento referente aos danos morais, que está abrangido nos danos pessoais, até o limite do valor contratado na apólice.

5. A ausência de indicação de nova cirurgia plástica reparadora implica na improcedência dos danos materiais correspondentes.

6. Havendo sucumbência recíproca as despesas e honorários serão proporcionalmente distribuídos entre as partes. (TJ-PR - AC: 7401638 PR 0740163-8, Relator: Nilson Mizuta, Data de Julgamento: 19/05/2011, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 644)

Comprovado o ato (acidente automobilístico), o elemento subjetivo (imprudência) e o nexo de causalidade entre a conduta e os danos experimentados, cabível a condenação do réu no dever de indenizar, nos termos do art. 186 do Código Civil, que preceitua: *"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito"*, bem como do art. art. 927 do mesmo diploma legal, que prescreve: *"Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo"*.

Dos danos emergentes

Com o objetivo de comprovar os danos materiais experimentados em razão do acidente colaciona o apelante comprovantes referentes ao orçamento do conserto do veículo (fls. 13/16), bem como ao custo que teve com medicamentos (fl. 19), resultando nos seguintes valores: R\$ 4.610,02 (peças da moto), R\$ 350,00 (mão-de-obra para o conserto), R\$ 89,09 (remédios). Deixa-se de acolher o pedido de pagamentos das parcelas de financiamento da motocicleta haja vista que não se encontrarem os boletos bancários colacionados aos autos em nome do apelante, mas sim no nome de "Jailson da Silva" (fls. 20/24), além de não explicitarem qual o objeto do financiamento.

Ry.



Nesta senda, devida a condenação do réu/apelado no montante de R\$ 5.049,11 (cinco mil e quarenta e nove reais e onze centavos), à título de danos materiais.

Dos danos morais

A reparação de danos morais deve ter dupla função: proporcionar ao lesado justa satisfação e atribuir ao infrator uma imposição tal que desestimule a prática de novas infrações, desde que não configure enriquecimento ilícito.

A partir da análise dos autos, o dano moral é cabível, porquanto decorrente da dor, da angústia e do sofrimento suportados pelo apelante em virtude do acidente causado pelo apelado, situação que foi muito além do mero aborrecimento do cotidiano. **Note-se ainda que, além dos diversos ferimentos, e das diversas cirurgias a que teve que se submeter em razão do referido acidente, perdeu o autor/apelante a visão do olho esquerdo (fls. 31).**

A respeito, vejamos trechos de alguns precedentes do TJSC:

Sem dúvida, o sofrimento, as dores e a angústia decorrente de um acidente de trânsito conformam um quadro que está a exigir uma razoável compensação pelo dano moral tolerado (Ap. Cív. n. , de Palhoça, rel. Des. Edson Ubaldo, j. em 22-10-2009).

Os danos morais decorrentes de lesões graves por ilícito civil estão matizados no sofrimento, dores físicas, risco de vida, angústias, dúvidas, incertezas e demais situações aflitivas indescritíveis de ordem psíquica e física experimentadas injustamente pelas vítimas de acidente de trânsito (Ap. Cív. n. , da Capital, rel. Des. Joel Figueira Júnior, j. em 22-6-2010).

Passando a efetuar um juízo de razoabilidade e proporcionalidade, tendo em conta, ainda, as situações financeiras das partes, cabível a fixação da indenização por danos morais no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, e correção monetária pela tabela ENCOGE a contar deste arbitramento, tendo como parâmetro os precedentes do STJ e deste Tribunal que versam sobre danos morais decorrentes de acidentes de trânsito.

Dos lucros cessantes

O art. 402 do CC (*"Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar"* – grifos nossos) não trata de especulação de lucro, mas sim de perda de um ganho esperável.



Assim, no que toca ao pedido de lucros cessantes, percebe-se que o autor/apelante colaciona cópia de sua carteira de trabalho (fls. 31) por meio da qual se constata que o mesmo encontrava-se empregado na "Construtora SAM Ltda", desde 01.02.2010, percebendo remuneração bruta de R\$ 734,80 (setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos). Todavia, conforme comunicado de decisão lançado às fls. 10, o autor/apelante teve deferido pelo INSS auxílio doença, razão pela qual incabível o acolhimento do pleito em epígrafe, haja vista a impossibilidade de cumulatividade do auxílio-doença e indenização por lucros cessantes, que se afiguraria devido apenas para compensar eventual diferença entre os ambos, o que não restou verificado *in casu*.

Em face de todo o exposto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** à apelação, para condenar o réu/apelado ao pagamento de indenização por dano material e moral nos valores de R\$ 5.049,11 (cinco mil e quarenta e nove reais e onze centavos) e R\$ 3.000,00 (três mil reais) respectivamente, corrigidos monetariamente pela Tabela ENCOGE a partir deste arbitramento, e com incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação. Considerando que o autor/apelante decaiu de parte mínima do pedido, condeno ainda o apelado ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

É como voto.

Ruiz, 3-10-2013
B. Bueno
Desembargador Bartolomeu Bueno
RELATOR